

Março/2014

INFORMATIVO
Sindicato dos Servidores do Instituto Federal
de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará
SINDSIFCE - SS - SINASEFE



sindicato filiado



www.sindsifce.com.br



[sindsifce.sinasefe](https://www.facebook.com/sindsifce.sinasefe)



(85) 3223.6370

Servidores do IFCE se mobilizam em preparação para greve



Foto: Arquivo SINASEFE

O SINDSIFCE aponta as principais causas para a deflagração de uma greve no IFCE **págs.4 e 5**

Greve na rede federal

pág. 2

Saiba por que os servidores de todo país estão em mobilização para construção de uma greve.

GT s da última greve, 2012

pág. 3

Mesmo após reunião com o MEC, promessas não foram cumpridas. A luta continua.

Assembleia em Fortaleza

pág. 5

Servidores devem deliberar sobre indicativo de greve do IFCE, no dia 21/03, às 16h30.

TCU confirma precarização

pág. 6

Relatório apontou déficit total de 8 mil professores, o equivalente a 20% do total, e 5 mil técnicos.

Fique atento:

págs. 6 e 7

FUNPRESP, 40 horas para técnicos e ponto eletrônico estão entre as principais ameaças.

O site do SINDSIFCE está de cara nova: com navegação mais fácil, completa e intuitiva:

www.sindsifce.com.br

Construção da greve na rede federal de educação



A necessidade de construção da greve da rede federal foi confirmada por servidores de IFs de todo o País, na 120ª Plena do SINASEFE, realizada em fevereiro, em Brasília, com representantes de 46 Seções Sindicais – entre elas, o SINDSIFCE. As dificuldades advindas da precarização na expansão da rede, o contexto de ataques aos trabalhadores (desvalorização salarial, diminuição de poder de compra e de qualidade de vida, implantação do Funpresp, tentativas de cercear o direito à greve), a busca pela criminalização dos movimentos e manifestações sociais foram destacados pelos participantes da Plena do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica.

Integrante da Secretaria Executiva Nacional da Central Sindical e Popular Conlutas, Paulo Barela destacou a importância da unidade dos servidores públicos federais neste momento de construção da greve. Como parte da mobilização, serão realizadas assembleias nas bases, para debate das reivindicações e do indicativo de greve para o mês de abril. O SINDSIFCE realizará reuniões em campi do Interior e uma assembleia geral, no dia 21 de março, às 16h30, no Campus Fortaleza. No Dia Nacional de Lutas, 19 de março, estão previstas paralisações em todos os estados, chamando atenção da sociedade para o quadro vivenciado pelos servidores e para a necessidade de respostas por parte do Governo Federal.

Já de 27 a 30 de março acontece, em Brasília, o 28º CONSINASEFE, congresso durante o qual serão discutidos os resultados das assembleias realizadas nos estados. Segundo os diretores do SINDSIFCE que participaram da 120ª Plena, representantes dos vários estados participantes apontaram a necessidade de construção da greve, como resposta a esse quadro de dificuldades, e a imediata mobilização dos servidores para a luta.

Delegados e observadores já eleitos em assembleia convocada pelo SINDSIFCE estarão presentes ao CONSINASEFE e debaterão as demandas apresentadas por servidores de diferentes campi do IF no Ceará.

Pauta de reivindicações do Sindicato Nacional

- Política salarial, com data-base para maio e reposição da inflação e das perdas anteriores
- Anulação da Reforma da Previdência do Mensalão e Não ao Funpresp
- 10% do PIB para a Educação Pública Já!
- Não ao Projeto de Lei 4.330, sobre as Terceirizações
- Auditoria da Dívida, com a suspensão do Pagamento da Dívida Pública
- Reestruturação das Carreiras de TAEs e Docentes
- Democratização das Instituições Federais de Ensino
- Contra a precarização da Rede Federal de Ensino e por uma expansão responsável e de qualidade
- Carga horária: 30 horas dos TAEs para toda a rede, isonomia da carga horária docente com as universidades, não ao ponto eletrônico e ao ponto docente.



GTs da Greve 2012: promessas descumpridas, a luta continua

Os Grupos de Trabalho convocados como parte do Acordo de Greve firmado em 2012 enfrentaram graves dificuldades e pouco avançaram quanto a conquistas concretas para os servidores. Dois anos depois, a falta de consequências práticas a partir dos GTs, decorrente do desinteresse e da falta de compromisso do Governo Federal, reforça a necessidade de nova greve dos servidores da rede federal de educação básica, profissional, científica e tecnológica.

Conforme destaca o SINASEFE, o GT Democratização, último a ser convocado após a greve de 2012, teve seu prazo de conclusão, de 180 dias, desrespeitado. Destinado a debater propostas sobre financiamento e autonomia das IFEs e sobre democracia e processos eletivos nas instituições, o grupo gerou uma pauta de sete pontos a serem modificados, para mais democracia e participação. Entre eles, possibilitar ao conjunto dos técnico-administrativos os mesmos direitos dos docentes, quanto à candidatura aos cargos de Reitor e de Diretor-geral de campus.

Ao longo dos debates, porém, o GT foi sendo esvaziado. E até no dia marcado para assinatura do relatório do grupo de trabalho o MEC tentou impor a assinatura de outro documento, com teor diferente daquele estabelecido nos debates. A luta agora é para que as reivindicações apontadas pelo GT tenham respostas concretas.

O GT Terceirização também alcançou poucos avanços, conforme relata o SINASEFE, diante da falta de vontade política do Governo para fornecer dados quantitativos sobre a terceirização nas IFEs. Assim o objetivo de auditar o custo das terceirizações foi inviabilizado. Houve ainda denúncias de terceirizados ocupando cargos específicos do serviço público, por meio de convênios e de contratações, em decorrência de interesses político-eleitorais nas IFEs. Técnicos denunciaram a existência de conluio entre gestores públicos e empresas prestadoras de serviço. Os servidores seguem na luta pela apresentação dos dados sobre custo, natureza e quantitativos dos contratos de terceirização na rede federal de educação.

Já no GT Racionalização de Cargos do PCCTAE, não houve consenso entre a bancada sindical e o Ministério do



Governo tentou modificar o documento no momento da assinatura

Planejamento, Orçamento e Gestão quanto ao atendimento das demandas dos servidores. Não foi apontada nenhuma possibilidade de o Governo Federal ceder e atender à pauta dos servidores. No GT Dimensionamento da Força de Trabalho do PCCTAE, por sua vez, ficou claro que o projeto MEC/Conif para o dimensionamento do número de servidores é desproporcional, por exemplo, com as Escolas Técnicas e Agrotécnicas sendo prejudicadas em comparação aos campi nas cidades. E que não há como aplicar uma fórmula matemática que possa servir para todas as unidades de educação da rede. Assim, o dimensionamento da força de trabalho precisa acontecer de acordo com o estudo e o reconhecimento prévio das demandas de trabalhadores/as, para que haja maior efetividade.

Outros Grupos de Trabalho, como o de Reposicionamento dos Aposentados e o de Inclusão dos TAEs das Escolas Militares de Ensino no PCCTAE, também tiveram respostas negativas por parte do governo, o que leva à necessidade de continuação da luta. Diante desse quadro, reforça-se a mobilização dos servidores por uma nova greve, como forma de pressionar o governo pela execução das ações definidas nos GTs e por respostas efetivas às reivindicações dos servidores e da sociedade.

GREVE!

Servidores do IFCE se mobilizam em preparação



A construção da greve está em curso, com indicativo para o mês de abril

Diante de ameaças a direitos importantes e de várias reivindicações não atendidas no plano local e no cenário nacional, os servidores do Instituto Federal de Educação estão em processo de mobilização, preparando-se para um movimento de greve, a se iniciar, na forma de indicativo, já no mês de abril. Os prejuízos que o fundo de previdência complementar (Funpresp) causa aos novos servidores públicos federais, a tentativa de estabelecimento de ponto eletrônico e outros mecanismos de regulação de carga horária para técnicos e docentes em institutos e universidades federais, a ameaça de perda do regime de trabalho de 30 horas para técnico-administrativos, a ausência de reposta do MEC a várias reivindicações, a falta de avanços nos Grupos de Trabalho estabelecidos na última greve, de 2012, estão entre os fatores que mobilizam os servidores e levam à crescente movimentação por uma nova greve de professores e técnicos.

No plano local, os servidores do IFCE sofrem com problemas vivenciados em vários institutos, decorrentes da expansão acelerada da rede de educação tecnológica – sem a devida preparação e sem os necessários investimentos em pessoal e infraestrutura, por parte do Governo Federal. Enquanto os autoproclamados governos “neodesenvolvimentistas” de Lula e Dilma se valem dessa ampliação para impulsionar sua publicidade e colher frutos com a opinião pública, a realidade da expansão da rede federal de ensino – marcada, em vários casos, pela precarização – traz prejuízos concretos a servidores e estudantes.

As históricas manifestações realizadas no último mês de junho, em todo o País, evidenciaram a preocupação coletiva com a qualidade da educação e deixaram claro o maior nível de exigência da população quanto a investimentos no setor, bem como em outros serviços públicos essenciais, como saúde, segurança, infraestrutura, transporte coletivo, mobilidade urbana.

Enquanto faltam investimentos e serviços de mais qualidade nessas áreas, os pagamentos da dívida pública continuam sugando mais de R\$ 1 trilhão por ano das riquezas produzidas no País. Em 2012, por exemplo, enquanto a dívida absorveu 43,98% dos recursos federais, a saúde recebeu apenas 4,17%, a educação 3,34% e a segurança, 0,39%. As multinacionais do petróleo, beneficiadas por concessões e privati-

zações, lucram como nunca e se preparam para ganhar ainda mais com o pré-sal, cuja riqueza deveria ser empregada para a melhoria do setor educacional. A mudança da legislação brasileira para atender aos interesses da FIFA, a tentativa de criminalizar os movimentos e manifestações sociais, a destinação de vultosos recursos para a Copa do Mundo e o descumprimento de várias promessas de melhorias que chegariam com o Mundial levaram a intensas reflexões e a uma maior participação popular no debate sobre que país temos e que país queremos. Discussão em que a educação é ponto fundamental.

É nesse contexto que os servidores dos IFs em todo o País discutem a construção de um novo movimento grevista, como único caminho possível para barrar ameaças a direitos dos servidores e para buscar o atendimento a reivindicações que há anos aguardam por respostas concretas, por parte das Reitorias e do Governo Federal. Os trabalhadores do IFCE sofrem no dia a dia as consequências da precarização, com falta de pessoal e de infraestrutura, jornadas de trabalho excessivas e não valorizadas, insegurança, assédio moral e dificuldades em vários campi, falta de democracia e de participação nas decisões de impacto direto sobre a comunidade acadêmica, ausência de resposta da Reitoria e descumprimento dos acordos firmados com os servidores. Mobilizar e parar, por mais investimentos na educação, contra ameaças aos direitos dos servidores e rumo a novas conquistas.

Precarização e insegurança

O IFCE não foge à realidade nacional quanto aos efeitos do processo de expansão acelerada da rede federal de educação. A precarização, o desrespeito e a desvalorização dos servidores levaram o Instituto de forma negativa às manchetes, na imprensa cearense e até no plano nacional.

A precarização tem efeito direto nas políticas de recursos humanos, na persistência de práticas autoritárias e na falta de uma gestão efetivamente democrática e participativa. Exemplo dessa realidade é o caso de assédio moral registrado no campus Quixadá em maio de 2011, que rendeu ao IFCE uma condenação judicial em primeira instância, com obrigação de pagamento de R\$ 20 mil em indenização por danos morais a uma servidora, vítima de três diretores que, no entender da Justiça, praticaram “conduta abusiva, repetitiva e prolongada, de natureza psicológica, que atenta contra a dignidade emocional do indivíduo”. O SINDSIFCE cobrou da Reitoria ações condizentes com a gravidade do caso, e o combate ao assédio moral foi incluído na pauta que motivou a paralisação dos servidores do Instituto em 13 de setembro de 2013.

Já os episódios de insegurança no campus Umirim, também em setembro do ano passado, tiveram grande destaque na imprensa cearense, chegaram a ser denunciados nacionalmente e levaram servidores e estudantes a entrar em greve. Internos de uma unidade penitenciária localizada ao lado do Instituto invadiram o campus. Um estudante foi agredido e outros tiveram pertences roubados. Em greve, a comunidade acadêmica, contando com apoio da Associação de Pais, cobrou da Reitoria segurança e condições de trabalho no campus. O clima de muita tensão e de ameaças de novos ataques a servidores, além de problemas estruturais, como ausência de muro e de guaritas de segurança e até falta d’água, evidenciou a demora da Reitoria em tomar providências e exemplificou as consequências da expansão acelerada da rede federal, sem os devidos cuidados, planejamento e investimento.

Também atingido pela precarização, o Curso de Serviço Social do IFCE Iguatu teve suas aulas paralisadas durante 12 dias, por iniciativa dos estudantes, que cobraram da Reitoria mais professores, instalações adequadas e mais recursos para assistência estudantil, bolsas, monitorias e auxílios. Vale destacar que o IFCE prepara a abertura de 10 novos campi, o que reforça a necessidade de atenção e acompanhamento na luta contra a precarização.

ASSEMBLEIA

Sexta, 21/março
às 16h30, em Fortaleza

Em processo de mobilização, os servidores do IFCE vêm participando de reuniões em diferentes campi e têm Assembleia Geral marcada para o dia 21 de março, às 16h30, no Campus Fortaleza (pátio externo, portaria do aluno). O Edital de Convocação para a Assembleia foi publicado no dia 7 de março e estende o chamamento à participação tanto dos filiados ao SINDSIFCE quanto de não filiados. Constan da pauta: Informes; Análise de conjuntura local e nacional; Deliberação sobre indicativo de greve.

A Diretoria do SINDSIFCE destaca a importância da participação de todos os servidores na Assembleia Geral. Haverá ajuda de custo para deslocamento, para viabilizar a participação do maior número de servidores. Todos os interessados devem procurar o SINDSIFCE, pelo fone (85) 3223-6370 ou pelo e-mail: sindsifce@yahoo.com.br.

O perfil do Sindicato no Facebook (SINDSIFCE SINASEFE) também está sendo atualizado regularmente, com todas as informações sobre a mobilização dos servidores do IFCE para a construção da greve. Participe: deixe seu comentário e ajude a reforçar o movimento, por mais investimentos em educação, contra a precarização e pela garantia dos nossos direitos.



TCU confirma precarização nos Institutos Federais



Relatório apontou déficit total de 8 mil professores e 5 mil técnicos

Não são somente os sindicatos e servidores que denunciam a precarização da rede federal de educação. Essa realidade foi confirmada pelo próprio Tribunal de Contas da União (TCU), órgão encarregado de fiscalizar as ações do Poder Executivo, a utilização de recursos públicos e a qualidade dos resultados obtidos a partir desses investimentos. Em relatório decorrente de auditoria, o Tribunal apontou um déficit total de 8 mil professores, o equivalente a cerca de 20% do total, e de 5 mil técnicos, nos IFs de todo o País.

A baixa remuneração foi citada como principal motivo de insatisfação por 68% dos professores e até mesmo por 64% dos pró-reitores que foram ouvidos para a auditoria. A baixa atratividade da carreira é uma das justificativas para o déficit de professores, aponta o TCU, que fez recomendações quanto ao tema ao Ministério da Educação (MEC). O próprio MEC, no entanto, assumiu que a falta de professores ocorre em função do processo de expansão da rede federal,

confirmando a falta de investimentos e de planejamento adequado para assegurar uma expansão com qualidade e sem precarização.

O TCU também destacou a falta de infraestrutura e a distância entre as novas unidades e as cidades de maior porte como elementos que dificultam a fixação de professores em municípios do Interior, aumentando o déficit de docentes. E apontou problemas nas salas de aula, nas bibliotecas e nos laboratórios de informática (sem equipamentos nem técnicos em número suficiente).

Como consequência da precarização, a evasão de alunos foi outro problema constatado pelo Tribunal de Contas. Em um curso do Instituto Federal de Brasília, em 2012, a evasão chegou a 50%. A precarização segue fazendo parte do cotidiano da comunidade acadêmica, nos Institutos Federais de todo o País, e demandando novas ações de luta, para reverter esse cenário.



Estudantes e outros setores realizam mobilizações

30 horas e ponto eletrônico: lutar para preservar direitos

A defesa da jornada de trabalho de 30 horas dos técnico-administrativos, contra a mudança para 40 horas que vem sendo tentada em alguns Institutos Federais, e a luta contra o ponto eletrônico e os mecanismos de regulação da carga horária docente são pontos que vêm mobilizando os servidores do IFCE, nos debates para a construção da nova greve.

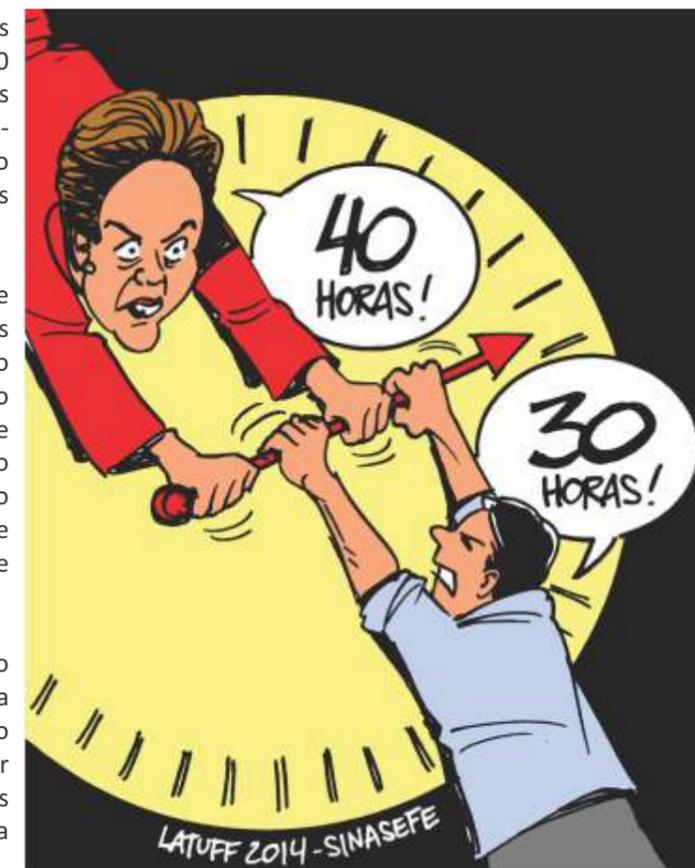
A possibilidade de alteração da carga horária de parte dos técnico-administrativos de alguns Institutos Federais causa polêmica e preocupação desde o segundo semestre de 2013. O Campus Natal Central, do IFRN, chegou a paralisar suas atividades, no dia 20 de setembro, em caráter de advertência e de manifestação da insatisfação dos servidores com a possível ampliação de jornada, de 30 para 40 horas semanais. Possibilidade considerada danosa aos interesses dos servidores, que lutam para manter as 30 horas semanais.

Outras atividades de mobilização e discussão do tema foram realizadas no Rio Grande do Norte, com a formação de uma comissão com representantes do Colégio de Dirigentes e de sindicalistas para debater com os servidores de cada campus. Nos debates, os servidores se posicionaram pela manutenção da jornada de trabalho dos TAEs em 30 horas.

O SINDSIFCE também defende essa bandeira e considera imprescindível que o conjunto dos servidores se conscientize da importância de lutar para evitar que tentativas de implantar essa mudança cheguem ao IFCE. A construção da greve dos servidores tem entre suas motivações reafirmar a defesa da jornada de 30 horas para os técnico-administrativos.

Ponto eletrônico

A luta contra a implantação de ponto eletrônico e de



outros mecanismos de regulação da carga horária docente é outro tema de grande importância para os servidores. Tentativas de implantar ponto docente já foram feitas em vários estados, sendo repudiadas pelos servidores e pelo SINASEFE, inclusive com lançamento de campanha nacional contra a medida. E com a realização de assembleias deliberando pelo boicote ao ponto eletrônico, contra administrações que venham a insistir na implantação do sistema. Os servidores do IFCE devem estar atentos e mobilizados, contra qualquer tentativa de implementação desse controle.

Funpresp

Em vigência desde fevereiro de 2013, o Fundo de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) tem sido alvo de dura campanha contrária por parte de diversas entidades representativas dos servidores federais. Isso porque, por meio da privatização da Previdência, o Governo Federal estima ter, até o fim do ano, cerca de 10 mil associados e mais de R\$ 100 milhões para aplicar no mercado.

A possibilidade de o dinheiro dos servidores ser utilizado para alimentar a ciranda financeira é um dos pontos negativos do Funpresp, através do qual o servidor sabe quanto vai pagar, mas não sabe quanto vai receber de aposentadoria, uma vez que os investimentos ficam submetidos aos riscos de mercado.

Atualmente, quem ingressou no serviço público antes de 2003 contribui para a Previdência com 11% sobre o seu salário total, conta com 22% como contribuição da União e, ao se aposentar, recebe o valor

integral do seu salário. Com a reforma da previdência, para os que ingressaram a partir de dezembro de 2003, o valor da aposentadoria é calculado sobre 80% das maiores contribuições, o que gera um valor aproximado àquele de quando o servidor estava na ativa.

Contudo, com a entrada em vigor do Funpresp, o pagamento dos proventos feito pela União se limita ao teto do INSS, que atualmente é de R\$ 4.159,00. Assim, os servidores que desejarem ter uma aposentadoria maior que este valor terão que investir quantia extra ao

fundo complementar.

Assim, o Funpresp, que também quebra o regime de solidariedade entre gerações de ativos e inativos, configura um verdadeiro atentado contra os novos servidores. Tanto que os trabalhadores continuam lutando pela anulação da reforma. O SINASEFE também lançou uma campanha nacional de orientação sobre não adesão ao Fundo, fortalecendo a luta contra a privatização da Previdência Social e pela garantia de aposentadoria digna para os servidores.

Retroativo docente: demora no pagamento e muita insatisfação



Alteração do marco temporal de 18 para 24 meses é um contrassenso

A demora da Reitoria para o pagamento do retroativo docente, direito reconhecido dos professores do IFCE, segue causando insatisfação na comunidade acadêmica. A longa espera pelo pagamento foi um dos motivos da paralisação dos servidores do IFCE de todo o Estado, realizada em 13 de setembro de 2013. Passados seis meses, a situação persiste, demonstrando a falta de compromisso da Reitoria com os servidores.

A exigência, feita pelo IFCE, de que os beneficiários do retroativo firmassem termo de desistência de ação judicial para cobrança de eventuais diferenças no valor também desagradou. Diante da exigência que fere o direito de livre acesso à Justiça, muitos servidores estão optando por apresentar ações judiciais, para fazer a cobrança, contando com apoio do SINDSIFCE, tanto quanto à assessoria jurídica quanto aos cálculos do pagamento devido, que devem ser feitos por um profissional.

A Diretoria Colegiada do SINDSIFCE segue acompanhando o tema e oferecendo todo o suporte aos associados. A cobrança feita pelo Sindicato também foi importante para que a Reitoria garantisse a cada servidor o acesso às planilhas de pagamento do retroativo, possibilitando a cada um aferir os cálculos e conferir o valor que tem a receber.

Vale destacar que, no Ofício Nº 228/2013, a Pró-reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP) confirmou que os cálculos foram feitos utilizando como interstício temporal para as progressões de desempenho 24 meses, ao invés de 18 meses, que foi o marco temporal usado pela comissão que executou o processo de implantação do direito e garantiu o pagamento dos valores retroativos referentes ao ano de 2012. Para o SINDSIFCE, trata-se de um grande contrassenso. Como uma instituição concede um direito a seus servidores usando uma regra e, na hora de efetuar o pagamento deste mesmo direito, referente ao mesmo período, muda as regras?

O caso se soma a outros, como a demora e os problemas do Edital de Remoção e como as regras excludentes e os prazos sumários do processo de consulta à comunidade para definição dos diretores dos campi do IFCE com menos de cinco anos de atividades. Questões que demonstram a distância entre Reitoria e servidores e a falta de compromisso da administração com os trabalhadores.

Novo site do SINDSIFCE

Uma importante ferramenta de informação e mobilização dos servidores do IFCE está de cara nova. Estreia neste mês o novo site do SINDSIFCE, mantendo o mesmo endereço mas oferecendo uma programação visual renovada, com navegação mais fácil, completa e intuitiva e com mais conteúdos à disposição dos internautas. Desenvolvido pela equipe de Comunicação do Sindicato, o novo site manterá a característica de fonte de informação sobre as bandeiras e lutas dos servidores e da educação, com textos, documentos, fotos e vídeos de interesse dos docentes e técnico-administrativos. Confira o novo site e faça seu comentário, crítica ou sugestão, pelo e-mail sindsifce@hotmail.com ou pelo perfil do SINDSIFCE no Facebook: SINDSIFCE SINASEFE.



www.sindsifce.com.br



[sindsifce.sinasefe](https://www.facebook.com/sindsifce.sinasefe)

EXPEDIENTE: Esta publicação é de responsabilidade do SINDSIFCE.
Endereço: Rua Aratuba, Nº01-A, Benfica-Fortaleza-CE. CEP: 60040-540. **Telefone:** (0**85)3223.6370 e **Fone/fax:** (0**85)3281.0209 | **Fotografia e ilustração:** Arquivos do SINDSIFCE e SINASEFE | **Produção e diagramação:** Setor de Comunicação | **Jornalista responsável:** Dalwton Moura – Mtb CE01339JP | **Relações Públicas:** Camila Chaves – CONRERP 5ª 1780 | **DIRETORIA COLEGIADA** | **Coordenador Geral de Formação Política e Relações Sindicais:** Venício Soares | **Secretário de Política Sindical:** David Moreno | **Secretário de Política de Pessoal:** Diego Gadelha | **Secretário de Organização dos Campi:** Thiago Oliveira | **Coordenador Geral de Administração, Finanças e Patrimônio:** Raimundo Nonato Araújo | **Secretário de Finanças:** Moacir Caldas | **Secretário de Assuntos Jurídicos:** George Harrison | **Coordenador Geral de Comunicação:** Paulo Hyder (licenciado) | **Secretaria de Assuntos Educacionais, Culturais e Desportivos:** Fabiana dos Santos Lima | **Suplentes:** José Willian e Geraldo Venceslau | **Secretárias:** Marcela Evangelista e Vera Lopes | **Assessoria Jurídica:** Escritório Gomes & Uchôa.